

**FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
INSTITUTO ENSINAR BRASIL – REDE DOCTUM DE ENSINO**

**A NOVA CONTABILIDADE BRASILEIRA: apresentação das
demonstrações contábeis**

Natalia Cristina Souza Silva*

Maria do Perpetuo Socorro Dias Rodrigues**

Paulo Roberto Gonçalves Périssé***

RESUMO

Este artigo visa abordar a nova contabilidade brasileira e apresentar as novas demonstrações contábeis. Com o propósito de demonstrar modificações, tanto estruturais quanto conceituais, foi feito o seguinte questionamento: Como elaborar as demonstrações contábeis segundo o novo padrão internacional de contabilidade e as recentes modificações produzidas na lei das S/A? Desta forma o objetivo geral do artigo foi demonstrar as recentes modificações sofridas pela contabilidade brasileira e as alterações impostas nas demonstrações financeiras, sendo que os objetivos específicos foram: definir conceitos diversos sobre o tema; Analisar a evolução da contabilidade até os dias atuais; verificar como se deu a harmonização da contabilidade brasileira ao padrão internacional; demonstrar os riscos da não adequação ao novo padrão contábil; apresentar a nova estrutura do balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis de elaboração obrigatória; evidenciar o papel

*Graduanda em Ciências Contábeis da Faculdade Doctum de João Monlevade; natalia.cristina-92@outlook.com.

**Professora orientadora. Bacharel em Ciências Contábeis, Pós-Graduada em Gestão Financeira. Contadora na Administração pública Federal; mariadrog@ig.com.br

**Coorientador Bacharel em Ciências Contábeis, Pós-Graduado em Finanças, Mestrando em Administração, Contador e Perito Contábil; Paulo_perisse@yahoo.com.br

do contador no processo de adequação ao novo padrão contábil. Por fim constatou-se a importância do contador se manter atualizado e os riscos que ele poderá trazer às empresas caso atue sem o devido conhecimento das recentes modificações sofridas pela contabilidade brasileira. O projeto foi desenvolvido com a pesquisa aplicada, os objetivos foram enfatizados com a pesquisa bibliográfica e abordagem técnica qualitativa. Foi utilizado como principal referencial teórico os autores: Fonseca; Souza; Dalfior (2016), Giaretton (2007). Araújo, Pureza e Silva (2015), entre outros, além de uma completa busca nas normas legais atinentes ao tema.

Palavras-chave: Contabilidade. Demonstrações contábeis. S/A. IFRS

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade, como ciência social que é, está em constante transformação, ajustando-se às necessidades da sociedade, e adequando-se às transformações trazidas por uma economia globalizada e altamente tecnológica.

No mundo todo há um forte movimento para se harmonizar a contabilidade dentro das mesmas normas internacionais, conferindo à contabilidade características mais qualitativas, no que tange à compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade, sobretudo no tocante aos elementos das demonstrações financeiras.

O Brasil também entrou nesta corrente, e vem desde 2008 adequando sua contabilidade ao padrão internacional IFRS – *International Financial Reporting Standards*, que em português pode ser traduzido como Normas Internacionais de Informações Financeiras.

O novo padrão de contabilidade adotado no Brasil exigiu mudanças na lei das S/A, Lei nº 6.404/1976, que vigorava há trinta anos na contabilidade brasileira, para que a mesma pudesse se adequar aos padrões internacionais com maior transparência e qualidade das informações contábeis.

Uma das principais mudanças está nas demonstrações financeiras, que sofreram inúmeras transformações, tanto estruturais quanto conceituais, o que nos leva a questão central deste artigo que é: Como elaborar as

demonstrações contábeis segundo o novo padrão internacional de contabilidade e as recentes modificações produzidas na lei das S/A?

O presente artigo fez uma revisão na literatura, a fim de entender a evolução da contabilidade desde os tempos mais remotos até os dias atuais, compreendendo o que nos trouxe até aqui, demonstrando a importância do contador se manter atualizado e os riscos que ele poderá trazer às empresas caso atue sem o devido conhecimento das recentes modificações sofridas pela contabilidade brasileira.

Será ainda objeto do estudo, compreender as modificações sofridas pelas demonstrações financeiras no Brasil, objetivando demonstrar como elaborá-las de forma correta segundo o novo padrão contábil e em conformidade às recentes mudanças da lei das S/A.

Desta forma o objetivo geral do artigo é demonstrar as recentes modificações sofridas pela contabilidade brasileira e as alterações impostas nas demonstrações contábeis, sendo que os objetivos específicos foram: definir conceitos diversos sobre o tema; Analisar a evolução da contabilidade até os dias atuais; verificar como se deu a harmonização da contabilidade brasileira ao padrão internacional; demonstrar os riscos da não adequação ao novo padrão contábil; apresentar a nova estrutura do balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis de elaboração obrigatória; evidenciar o papel do contador no processo de adequação ao novo padrão contábil.

Para que se alcançar os objetivos foi utilizado um referencial bibliográfico onde se expõe conceitos e ideias dos principais autores sobre o tema, tais como Fonseca; Souza; Dalfior (2016), Giaretton (2007).Araújo, Pureza e Silva (2015), entre outros, além de uma completa busca nas normas legais atinentes ao tema. A pesquisa foi segmentada em seis partes: Resumo, introdução, referencial teórico (A origem e evolução da contabilidade, a contabilidade no Brasil, as principais alterações na lei nº 6.404.1976 e na contabilidade brasileira na última década, demonstrações contábeis segundo o novo padrão contábil e o papel do contador no processo de adequação ao novo padrão contábil), metodologia, pesquisa e análise de dados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Foram elaborados estudos bibliográficos, a fim de comprovar os fatos correspondentes ao tema citado: A Nova Contabilidade Brasileira – apresentação das demonstrações contábeis.

2.1 A Origem e Evolução da Contabilidade

A história da contabilidade é tão antiga quanto a história da humanidade, e está diretamente ligado às manifestações humanas, como a atividade de venda e troca de mercadorias e bens (GIARETTON, 2012).

A função da Contabilidade é avaliar a riqueza do homem e os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza. O homem é naturalmente ambicioso desde o início da civilização, e alguns teóricos afirmam que a contabilidade existe desde 4000 A.C, antes de cristo (IUDICIBIUS; MARION, 2008).

A contabilidade vem se aprimorando de acordo com a necessidade de cada período histórico. O surgimento da escrita, o aparecimento da moeda, a prensa de Gutemberg, o descobrimento da América e a invenção da máquina a vapor que acabou impulsionando a revolução industrial, são marcos da história que fizeram desencadear o desenvolvimento da ciência contábil.

Na área da contabilidade surgiram muitas obras, desde Luca Pacioli até os dias atuais, sempre colaborando para evolução do pensamento contábil. A contabilidade em toda sua história esteve sempre ligada ao desenvolvimento econômico e as transformações socioculturais e sociopolíticas que foram experimentadas em cada época. O homem sentindo a necessidade de aperfeiçoar seu instrumento de avaliação da situação patrimonial e ao mesmo tempo em que suas atividades econômicas se tornaram mais complexas (CARDOSO, 2016).

Evolução histórica da contabilidade delimita em duas grandes escolas: a italiana e a norte-americana (CARDOSO, 2016).

2.2 A Contabilidade no Brasil

A contabilidade surgiu no Brasil, quando o país já iniciava a sua história. Agostini e Carvalho (2012) afirmam que no Brasil a contabilidade veio atrelada a necessidade que os comerciantes tinham em controlar e melhorar a qualidade de seus bens.

Em 1869 foi criada a associação dos Guarda-livros da corte, sendo reconhecido no ano seguinte pelo decreto imperial nº 4.475. A partir daí foi constituído o guarda-livros como a primeira profissão liberal do Brasil. O guarda-livros era um empregado ou profissional incumbido de fazer os seguintes trabalhos da firma: controlar entrada e saída de dinheiro, elaborar contratos e distratos, criar correspondências e fazer toda a escrituração mercantil. Era exigida que o mesmo tivesse domínio das línguas portuguesa e francesa, além de aperfeiçoada caligrafia (AGOSTINI; CARVALHO, 2012).

Naquela época o Brasil seguia os padrões da escola italiana, que exercia uma forte influência nos ensinamentos contábeis em todo mundo. Segundo Mastelaro (2006) a contabilidade no Brasil teve um impulso em 1902, quando foi criada a escola de comércio regularizando e oficializando a profissão contábil.

A primeira lei das S/A foi criada no Brasil em 1940 estabelecendo regras para avaliação de ativos, regras para apuração e distribuição dos lucros, criação de reservas, determinação de padrões para a publicação do balanço e determinação para publicação dos lucros e perdas (IUDÍCIBUS; RICARDINO; FILHO, 2002).

Devido à necessidade de aprimorar os estudos contábeis em 1946, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, instalando, também o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. E ainda nesse ano foi criado o CFC – Conselho Federal de Contabilidade, com a missão de regulamentar as normas contábeis no Brasil (IUDÍCIBUS; RICARDINO; FILHO, 2002).

Já na década de 70, a história da contabilidade no Brasil teve um grande avanço, criando-se a obrigatoriedade das companhias abertas terem suas demonstrações contábeis padronizadas, quanto a sua estrutura, sendo auditadas por auditores independentes. Pode-se destacar também a influência

da escola Norte-americana provocando fortes mudanças na contabilidade adotada no Brasil.

Em 1976 a Lei das S/A passou ter um novo formato, adotando o nº 6.404 e incorporando totalmente as tendências da Escola Norte-Americana. Já em 1981, foi o ano em que foi publicada a Resolução CFC nº 529 (Normas Brasileiras de Contabilidade) e a Resolução CFC nº 530 (Princípios Fundamentais de Contabilidade). Depois tiveram suas atualizações trazidas pela Resolução CFC nº 750 em 1993(MASTELARO, 2006).

Com um forte movimento no mundo todo, para se harmonizar a contabilidade dentro das mesmas normas internacionais o IFRS, o Brasil também passou a adotar as normas IFRS (normas internacionais de informações financeiras) com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

2.3 As Principais Alterações na Lei nº 6.404.1976 e na Contabilidade Brasileira na Última Década

A Lei nº 6.404(BRASIL, 1976) foi considerada um grande marco para contabilidade brasileira, revolucionando conceitos e adotando por definitivo as tendências da Escola Norte-Americana.

Araújo, Pureza e Silva (2015), traçam um paralelo entre o antes e o depois da Lei nº 6.404(BRASIL, 1976), destacando os principais pontos de mudança.

Quadro 1 – Principais alterações na Lei

ITENS QUE TIVERAM MUDANÇAS	COMO ERA ANTES DA LEI 6.404/76?	O QUE MUDOU COM A LEI 6.404/76?
Demonstrações Financeiras	Balanço Geral e Demonstração de Lucros e Perdas	Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Notas explicativas. Demonstrações consolidadas e comparativas.
Classificação quanto às contas do Balanço Patrimonial	Ativo: apresentados na forma decrescente de valor. Passivo: iniciava pelas dívidas de longo prazo (ideia de estabilidade)	Ativo: contas são dispostas conforme a ordem decrescente de liquidez. Passivo: contas são dispostas pela ordem decrescente de exigibilidade. Patrimônio Líquido: representa a diferença entre passivo e ativo.

Correção Monetária	Obrigatória para o imobilizado e o capital	Correção do permanente e do patrimônio líquido.
Escrituração	Vinculação da contabilidade com a legislação fiscal	Separação de Contabilidade Comercial (ou a Contabilidade “contábil”) da Fiscal: a escrituração deverá ser feita de acordo com a nova lei e os princípios de contabilidade geralmente aceitos
Crítérios de avaliação dos ativos e de registro do passivo	A provisão para devedores duvidosos eram baseadas na legislação fiscal, ou seja, existia uma porcentagem fixa a ser descontada. Existência de depreciação acelerada.	A provisão para devedores duvidosos contabilizados pelo valor necessário e suficiente para cobrir as perdas prováveis. As depreciações buscam refletir o desgaste ou obsolescência do imobilizado. Reavaliação tem como objetivo aproximar as demonstrações da realidade. Equivalência patrimonial permite que as companhias reconheçam os resultados de seus investimentos no momento em que tais resultados são gerados.
Reservas de Lucros a Realizar		A finalidade é evidenciar os lucros ainda não realizados financeiramente pela companhia e não distribuir dividendos obrigatórios.

Fonte: Araújo, Pureza e Silva (2015, p/25).

A Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976) vigorou absoluta por trinta anos na contabilidade brasileira, entretanto, para que a mesma se adequasse ao novo padrão internacional IFRS (Normas Internacionais de Informações Financeiras) ela precisou passar por inúmeras alterações nesta última década, iniciando a partir da Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), passando ainda pela Lei nº 11.941 (BRASIL, 2009), que veio trazer inúmeras alterações conceituais e estruturais no padrão contábil brasileiro.

2.4 Demonstrações Contábeis Segundo o Novo Padrão Contábil

A partir de 2007 a contabilidade brasileira passou por significativas alterações, sempre buscando harmonizar a contabilidade ao padrão internacional IFRS (Normas Internacionais de Informações Financeiras). Desde então o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC vem publicando seus pronunciamentos técnicos, além de interpretações e orientações que permitam às empresas a adoção efetiva deste novo padrão internacional.

Os pronunciamentos técnicos CPC têm como objetivo que as demonstrações contábeis de uma entidade estejam de acordo com as Normas Internacionais, assegurando a elas maior compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade (GIARETTON, 2007).

O CPC26 segundo o item 10, aprovado pelo conselho Federal de contabilidade na resolução CFC 1.185/09 demonstra o que seria um conjunto completo de demonstrações contábeis. (FONSECA; SOUZA; DALFIOR, 2016).

(a) A balanço patrimonial ao final do período; (b) demonstração do resultado do período; (c) demonstração do resultado abrangente do período; (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período; (e) demonstração dos fluxos de caixa do período; (f) demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente; (g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias; e (h) balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado quando a entidade aplica uma política contábil retroativamente ou procede à reapresentação de itens das demonstrações contábeis, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis. (CPC 26, 2009, p/7).

Em outros pronunciamentos é possível encontrar definições de como as demonstrações intermediárias, demonstrações individuais, demonstrações combinadas, demonstrações separadas e demonstrações consolidadas devem ser apresentadas. A seguir um breve resumo do que vem a ser cada uma delas:

Demonstrações contábeis individuais são representações do desempenho da entidade e de sua posição financeira e patrimonial (CPC26/2011). Já o CPC 36 fala sobre as demonstrações consolidadas, sendo um conjunto de entidades (grupo econômico), mostrando como se fossem as de uma única unidade econômica. As Demonstrações separadas são apresentadas por uma controladora, um empreendedor ou um investidor coligado em uma entidade controlada em conjunto, nesse o investimento será contabilizado com base no valor do interesse direto no patrimônio. Demonstrações contábeis combinadas de acordo com o CPC 15 são demonstrativos feitos sempre que houver combinações de negócios e exige que os passivos assumidos e os ativos adquiridos constituam um negócio, caso o ativo adquirido não constitui um negócio deve-se contabilizar a eventos ou operações como aquisição de ativos. E por último as demonstrações intermediárias podendo ser descritas como a demonstração contábil contendo um conjunto de demonstrações condensadas de um período intermediário ou

um conjunto completo de demonstrações contábeis. A entidade deverá apresentar com uniformidade de todos os demonstrativos contábeis que fazem parte de um conjunto completo de informes contábeis.

A Lei nº 6.404(BRASIL, 1976), em consonância aos pronunciamentos técnicos CPC, traz em seu artigo 176:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício - balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração do resultado do exercício; IV – demonstração dos fluxos de caixa; e V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Já a Demonstração Resultado Abrangente (DRA) não está prevista na Lei nº 6.404 (BRASIL/1976), e tem sua obrigatoriedade vinculada a Resolução CFC nº 1.185/2009 e ao CPC nº 26, item 81 ao 105.

A demonstração do resultado abrangente deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas: (a) resultado líquido do período; (b) cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (exceto montantes relativos ao item (c)); (c) parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial; e (d) resultado abrangente do período. (CPC 26, 2009).

2.5 O Papel do Contador no Processo de Adequação ao Novo Padrão Contábil

Diante do contexto apresentado, estão a caminho novos desafios, sendo necessário que os profissionais, pesquisadores, usuários e estudiosos da contabilidade assumam com responsabilidade e compromisso seu papel no processo de harmonização das normas contábeis (SANTOS ET al., 2010).

O perfil do novo contador é um profissional que precisa acumular conhecimento, ou seja, que tenha consciência de que para exigir uma maior remuneração é necessário qualidade de trabalho, tal conhecimento adquirido com muito estudo, aplicação, criatividade, técnicas inteligentes, iniciativa, habilidade de negociação, agilidade, ética, visão de futuro e segurança para resolver os problemas que surgem, sabendo orientar as empresas para o melhor caminho para que sobreviva aos fortes abalos gerados pela globalização da economia, o ponto chave das grandes decisões e o poder de manipular conhecimentos.

Para passar por esta etapa de adaptação, o Brasil necessita de profissionais preparados, sendo indispensável o conhecimento das normas internacionais (COSTA, CAMPOS e AMARAL, 2009).

Diante desse processo, o profissional contábil precisa se adequar as novas regras contábeis. E aqueles que não acompanharem essa evolução serão excluídos do mercado de trabalho em pouco tempo (LANGONI, 2010).

3 METODOLOGIA

Para o estudo desse artigo foi utilizado pesquisa aplicada que segundo GIL (1989), sua principal característica é o interesse na aplicação, consequências e utilização dos conhecimentos.

Utilizando uma abordagem qualitativa que segundo Oliveira (2011), tem naturalmente um ambiente com fonte direta de dados e seu principal instrumento é o pesquisador.

O método escolhido para investigação é a pesquisa explicativa, a qual visa à preocupação de identificar os fatores que contribuem ou determinam para a ocorrência dos fenômenos. Aprofundando mais o conhecimento da realidade, explicando o porquê e a razão das coisas (GIL, 2002).

O procedimento técnico utilizado foi à pesquisa bibliográfica que abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema em tela como: registros em livros, revistas, sites da internet, bem como outras fontes indicadas pelo coordenador / orientador dessa pesquisa. Segundo Amaral (2007) a pesquisa bibliográfica é a etapa fundamental, pois a mesma influenciará em todas as etapas.

4 PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

O principal assunto abordado neste artigo trata da importância das demonstrações contábeis nas organizações e sua recente modificação para se harmonizar ao novo padrão internacional. Para que houvesse essa harmonização foi necessária a modificação da Lei 6.404 (BRASIL, 1976) que segundo Araújo, Pureza e Silva (2015, p/24):

Essa lei aumentou o número de informações obrigatórias que as sociedades deveriam publicar e a regulamentação dos princípios geralmente aceitos, com isso buscava mais qualidade e confiabilidade e uma representação real das informações contábeis destinadas aos usuários da informação, tanto internos quanto externos.

De acordo com o quadro 1, com a Lei 6.404 (BRASIL, 1976) as mudanças mais significativas foram: A introdução de novas demonstrações sendo elas o Balanço Patrimonial – BP, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Notas Explicativas. Se tornando obrigatórias para publicação. Antigamente as demonstrações contábeis obrigatórias eram: o Balanço Geral e as Demonstrações de Lucros e Perdas.

Nas demonstrações contábeis foram inseridas algumas modificações na sua elaboração e apresentação, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade e em conformidade com IFRS, seguem abaixo as principais modificações:

Balanço Patrimonial - BP (anexo A): ativos e passivos separados em dois amplos grupos apenas, circulantes e não circulante; anulação do ativo permanente no ativo, passando seu subgrupo imobilizado e investimento a agregar o ativo não circulante; o realizável a longo prazo incide ser qualificado no ativo não circulante; anulação do subgrupo ativo diferido no ativo não circulante; criação dos subgrupos intangíveis no ativo não circulante, e das contas de ajustes de avaliação patrimonial e ações em tesouraria no patrimônio líquido, sendo deste excluído reserva de reavaliação e lucros acumulados; e anulação do subgrupo resultado de exercícios futuros.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL (anexo B): não foi alterado o modo de elaboração e apresentação desta.

Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados – DLPA: não é uma demonstração obrigatória pelo o CPC PME. Mas sua utilização é possível em substituição a DMPL, quando as modificações no PL forem decorrentes de

resultados, distribuição do lucro, correção de erros de exercícios anteriores, e de alterações de políticas contábeis.

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE (anexo C): as mudanças na DRE consistem basicamente na proibição da separação de receitas e despesas classificadas como não operacionais e a descaracterização das participações como despesa; apresentação do resultado líquido das operações continuadas separados das operações continuadas.

Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC (anexo D): em substituição a DOAR, passou integrar o conjunto de demonstrações obrigatórias para PMEs.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR: a demonstração do fluxo de caixa substituiu esta demonstração

Demonstração do Resultado Abrangente – DRA (anexo E): integra agora as demonstrações contábeis obrigatórias para Pequenas e Médias Empresas.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA: essa demonstração também não é obrigatória para as Pequenas e Médias Empresas.

Notas Explicativas (anexo F): as notas explicativas compreendem informações acessórias as demonstrações contábeis, sendo sua complementação. Fazendo parte essencial do conjunto de demonstrações contábeis.

Todas as modificações imposta pela nova legislação para as Sociedades Abertas estão sendo adotadas pelas Pequenas e Médias empresas, como, estrutura conceitual básica, avaliação de ativos, impairment, ativos biológicos ou valor justo.

Tais mudanças permitiram que os usuários, como credores, administradores e acionistas, obtivessem de forma clara e evidente, as informações de exercícios passados em relação ao atual, permitindo uma percepção melhor quanto à empresa.

Martins et al. (2013, p/36). Afirma que: "Demonstrações contábeis elaboradas com tal finalidade satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas. "

Diante desse cenário, o profissional contábil precisa acumular conhecimento, que tenha visão de futuro, sendo indispensável o conhecimento

das normas internacionais, tal conhecimento será adquirido com muito estudo, aplicação, criatividade, técnicas inteligentes, iniciativa, habilidade de negociação, agilidade, ética, e segurança para resolver os problemas que surgem, sabendo orientar as empresas para o melhor caminho, para que sobreviva aos fortes abalos gerados pela globalização da economia,. Para passar por esta etapa de adaptação, o Brasil necessita de profissionais preparados, sendo indispensável o conhecimento das normas internacionais (COSTA; CAMPOS; AMARAL, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo foi possível apresentar as demonstrações contábeis nas organizações, sua recente modificação para se harmonizar ao novo padrão internacional e a importância do contador se manter atualizado com as novas normas contábeis. Diante do fato de que a contabilidade está em constante transformação tentando padronizar as demonstrações contábeis.

No que tange o objetivo proposto deste artigo, que foi compreender as modificações sofridas pelas demonstrações financeiras no Brasil, objetivando demonstrar como elaborá-las de forma correta segundo o novo padrão contábil e em conformidade às recentes mudanças da lei das S/A, ele foi alcançado. Sendo que tais mudanças, conforme foi apresentado, permitirão que os usuários, como credores, administradores e acionistas, obtenham de forma clara e evidente, as informações de exercícios passados em relação ao atual, permitindo uma percepção melhor quanto à evolução patrimonial empresa.

Os objetivos do presente artigo foram alcançados através de pesquisa bibliográfica, em consonância com a Lei nº 6.404(BRASIL, 1976), sua harmonização com o CPC 26, e através dessa pesquisa foi anexada às demonstrações contábeis elaboradas de forma correta.

Constatou-se que o artigo apresenta contribuições para instituição de ensino no que tange à necessidade de atualização do acervo bibliotecário, sendo um investimento em profissionais mais capacitados para o mercado, auxilia a sociedade em ter um entendimento com maior transparência nas demonstrações.

O artigo certificou que a contabilidade está sempre se atualizando e as

regras estão em constantes mudanças, sendo necessário que o contador se mantenha atualizado. Sugerem-se outros temas de estudo como, por exemplo: A dificuldade dos contadores em se manter atualizado, pois o aprofundamento nesse assunto permitiria uma melhor formação dos futuros contadores que estão por vir.

ABSTRACT

THE NEW BRAZILIAN ACCOUNTING: presentation of the financial statements

This article aims to approach the new Brazilian accounting and present the new financial statements. In order to demonstrate structural and conceptual changes, the following question was asked: How to prepare the financial statements according to the new international accounting standard and the recent changes produced in the law of the S / A? In this way, the general objective of the article was to demonstrate the recent changes suffered by Brazilian accounting and the changes imposed in the financial statements, and the specific objectives were: to define different concepts on the subject; Analyze the evolution of accounting to the present day; to verify how the Brazilian accounting was harmonized with the international standard; demonstrate the risks of non-compliance with the new accounting standard; present the new structure of the balance sheet and the other mandatory financial statements; evidence of the role of the accountant in the process of adjusting to the new accounting standard. Finally it was verified the importance of the accountant to keep up to date and the risks that he could bring to the companies if he acted without the proper knowledge of the recent changes suffered by Brazilian accounting. The project was developed with applied research, the objectives were emphasized with bibliographical research and qualitative technical approach. The authors were used as the main theoretical reference: Fonseca; Souza; Dalfior (2016), Giaretton (2007). Araújo, Pureza and Silva (2015), among others, besides a complete search in the legal norms related to the subject.

Keywords: Accounting. Accounting statements. S / A. IFRS.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Carla; CARVALHO, Joziane Teresinha de. **A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE: SEUS AVANÇOS NO BRASIL E A HARMONIZAÇÃO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS**. 2012. Disponível em:

<http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_producao_cientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo_Carla_Joziane.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

AMARAL, João J. F.. **COMO FAZER UMA PESQUISA**

BIBLIOGRÁFICA. 2007. Disponível em:

<[http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como fazer pesquisa bibliografica.pdf](http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como_fazer_pesquisa_bibliografica.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2017.

ARAUJO, Mayse dos Reis; PUREZA, Maria Luiza Bomtempo de Oliveira Horn; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **LEI Nº 6.404/76: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS AVANÇOS PROPORCIONADOS À CONTABILIDADE NO BRASIL**. 2015. Disponível em:

<<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/1743/2629>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Decreto n.6.404, de 15 de novembro. de 1976. Brasília, DF, novembro 1976.

CARDOSO, Welliton. **ORIGEM DA CONTABILIDADE**. 2016. Disponível em:

<<http://www.contabeis.com.br/forum/topicos/227771/breve-resumo-sobre-a-origem-e-evolucao-da-contabilidade/>>. Acesso em: 07 out. 2017.

CASTRO, Larissa Alves; MORAES, Luciana Silva. **CONTABILIDADE INTERNACIONAL:: o Brasil e o processo de harmonização das normas internacionais contábeis..** 2013. Disponível em:

<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_30.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

COSTA, Camila Lopes; CAMPOS, Francislaine Mendes de; AMARAL, Marielen Moreira. Capacitação Profissional: **um estudo sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) nas instituições particulares de ensino superior do ABC**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 177, p. 77-89, maio/junho 2009.

CPC 26. **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>.

Acesso em: 12 out. 2017.

FONSECA, Larissa Alves Lima; SOUZA, Carlos Alberto de; DALFIOR, Vanda Aparecida Oliveira. **A APLICAÇÃO DO CPC 26 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS DO TERCEIRO SETOR:** Estudo de Caso da Fundação BH. 2016. Disponível em:

<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/862457.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

GIARETTON, Rafael Dourado. **CONTABILIDADE**

INTERNACIONAL: Utilização e adequação das Normas Internacionais de Contabilidade no dia a dia dos escritórios contábeis no município de Barreiras-BA. 2012. Disponível em:

<<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/contabilidadeinternacional.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **COMO ELABORAR UM PROJETO DE PESQUISA.** 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. 176 p.

GIL, Antonio Carlos. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL.** 1989. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0BxnNXOFxsgm4VnpDTWV6RGFLMzA/view>>. Acesso em: 15 out. 2017.

GONÇALVES, Gilmar Francisco Gomes. **HISTÓRIA, EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA NO MUNDO DOS NEGÓCIOS.** 2004. Disponível em:

<<http://www.hmcontabilidade.com.br/site/wp-content/uploads/2013/04/A-contabilidade-e-a-importancia-no-mundo-dos-negocios.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

IUDICIBUS, Sergio de. **TEORIA DA CONTABILIDADE.** 8. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006. 356 p.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos. **INTRODUÇÃO A TEORIA DA CONTABILIDADE: PARA O NÍVEL DE GRADUAÇÃO.** 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008. 288 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto. **A Primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil* Lei no 1.083 - 22 de Agosto de 1860.** 2000. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34071/36803>>. Acesso em: 15 out. 2017.

LANGONI, Cristina Amélia Fontes. **Uma Visão da Contabilidade no Brasil.** Informativo do CRC – ES, junho 2010.

MASTELARO, Gecionil de Oliveira Gomes. **Teoria da Contabilidade**. 2006. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/trabalho-academico/humanas/contabilidade/teoria-da-contabilidade-2/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de Contabilidade Societária: APLICÁVEL A TODAS AS SOCIEDADES DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS E DO CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 922 p. Disponível em: <<https://cienciascontabeis6a.files.wordpress.com/2017/02/manual-de-contabilidade-societa-eliseu-martins-ernesto-rubens1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração**. 2011. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

SANTOS, Jose Luiz dos et al. **Estudo comparativo do tratamento contábil dos prejuízos não realizados intercompanhias na consolidação nas normas brasileiras, internacionais e nos US-GAAP**. 2010. REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE maio / junho 2010 - n.º 183. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/897/618>>. Acesso em: 03 out. 2017.

SILVA, Miguel. **LEI Nº 12.973/14 (IRPJ/CSLL/PIS-PASEP E COFINS)**. 2014. Disponível em: <<http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/2807954e0c9323e743f208e1e3e9f2a3.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

ZANLUCA, Julio César; ZANLUCA, Jonatan de Sousa. **HISTÓRIA DA CONTABILIDADE**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>>. Acesso em: 02 out. 2017.

ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL

EMPRESA ALFA LTDA CNPJ (MF) 00.000.000/0000-00 NIRE 31200000000					
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro					
Ativo	<u>2016</u>	<u>2015</u>		Passivo	<u>2016</u> <u>2015</u>
<u>Circulante</u>				<u>Circulant</u> <u>e</u>	
Total do ativo circulante	R\$ -	R\$	-	Total do passivo circulante	-
<u>Não circulante</u>				<u>Não</u> <u>circulant</u> <u>e</u>	
Total do ativo não circulante	R\$ -	R\$	-	Total do passivo não circulante	-
				<u>Patrimôn</u> <u>io líquido</u>	
				Total do patrimônio líquido	-
TOTAL DO ATIVO	-		-	TOTAL DO PASSIVO	-
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, do Ativo e Passivo de nossa empresa, cujo resultado é efeito da contabilização de todos os documentos por nós fornecidos para o citado fim. João Monlevade, 20 de Janeiro de 2017. Fulano de Tal Sócio-Administrador Beltrano de Tal Sócio-Administrador Nome Sobrenome Contador - CRC-MG nº 000000 CPF: 000.000.000-00 Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.					

Fonte: Uma nota de aula dada pelo professor Paulo Roberto Gonçalves Périssé, na data 23/10/2017.

ANEXO B– DMPL

EMPRESA ALFA LTDA CNPJ (MF) 00.000.000/0000-00 NIRE 31200000000					
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital Realizado	Ingressos para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total PL
SALDOS EM 31.12.2015		-	-		-
AUMENTO DE CAPITAL					
Com Lucros e Reservas	-	-		-	-
Com AFAC	-	-		-	-
LUCROS ACUMULADOS					
Lucro Apurado no Exercício					-
Lucro Distribuído aos Sócios					-
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				-	-
SALDOS EM 31.12.2016	-	-	-	-	-
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis					

João Monlevade, 20 de Fevereiro de 2017.

Fulano de Tal
Sócio-Administrador

Beltrano de Tal
Sócio-Administrador

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Nome Sobrenome
Contador - CRC-MG nº 000000
CPF: 000.000.000-00

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Fonte: Uma nota de aula dada pelo professor Paulo Roberto Gonçalves Périssé, na data 23/10/2017.

ANEXO C – DRE

EMPRESA ALFA LTDA CNPJ (MF) 00.000.000/0000-00 NIRE 31200000000		
Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015
(+) RECEITA BRUTA DOS SERVIÇOS	-	-
Serviços Próprios		
(-) Tributos Incidentes sobre os Serviços Vendidos	-	-
PIS		
COFINS		
(=) RECEITA LÍQUIDA	-	-
(-) Custos dos Serviços Vendidos		
(=) LUCRO BRUTO	-	-
(-) Despesas com Administração Geral		
(-) Despesas Tributárias		
(+/-) Ganhos e Perdas de Capital no Imobilizado		
(+) Outras Receitas das Operações Continuadas		
(-) Outras Despesas das Operações Continuadas		
(=) RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	-	-
(+) Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	-	-
(-) Tributos sobre o Lucro		
(=) RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	-	-
(+/-) Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-
(=) LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis		

João Monlevade, 20 de Janeiro de 2017.

Fulano de Tal
Sócio-Administrador

Beltrano de Tal
Sócio-Administrador

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Nome Sobrenome
Contador - CRC-MG nº 000000
CPF: 000.000.000-00

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Fonte: Uma nota de aula dada pelo professor Paulo Roberto Gonçalves Périssé, na data 23/10/2017.

ANEXO D – DFC

EMPRESA ALFA LTDA CNPJ (MF) 00.000.000/0000-00 NIRE 31200000000		
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro (pelo método indireto - item 18b do CPC 03 - R2)		
	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Líquido		
(+) Ajustes por Depreciação		
Geração Bruta de Caixa	-	-
(-) Aumento nas Contas do Ativo Circulante		
Contas a Receber de Clientes		
Adiantamentos a Empregados		
Adiantamentos a Fornecedores		
Impostos e Contribuições a Recuperar		
Estoque		
Créditos Diversos		
Despesas de Exercícios Seguintes		
	-	-
(-) Diminuição nas Contas do Passivo Circulante		
Financiamentos e Empréstimos	-	-
Fornecedores		
Salários e Contribuições Sociais		
Retenções a Repassar e Outras Obrigações		
(+) Diminuição nas Contas do Ativo Circulante		
Contas a Receber de Clientes		
Adiantamentos a Empregados		
Adiantamentos a Fornecedores		
Impostos e Contribuições a Recuperar		
Estoque		
Créditos Diversos		
Despesas de Exercícios Seguintes		
(+) Aumento nas Contas do Passivo Circulante		
Financiamentos e Empréstimos	-	-
Fornecedores		
Salários e Contribuições Sociais		
Provisões Trabalhistas		
Obrigações Tributárias		
Retenções a Repassar e Outras Obrigações		
Geração Operacional de Caixa	#REF!	#REF!
(+/-) Variação Empréstimo Bancário CP	-	-
Geração Corrente de Caixa	#REF!	#REF!
1. Origens		
1.1 - No Imobilizado		
1.2 - Em Investimentos		
1.3 - Integralização de Capital/Aumento Capital		
1.4 - Aumento no Passivo Não Circulante		
1.5 - Redução no Ativo Não Circulante - Realizável Longo Prazo		
Total das Origens		
2. Aplicações		

2.1 - No Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo		
2.2 - Em Investimentos		
2.3 - Aquisição no Imobilizado		
2.4 - No Passivo Não Circulante		
2.5 - Distribuição de Lucros		
2.6 - Ajustes de Exercícios Anteriores		
Total das Aplicações		
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Ano Anterior		
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Ano Atual		

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa Geral

Bancos Conta Movimento

Aplicações Financeiras

Fundo Fixo

TOTAL

João Monlevade, 20 de Fevereiro de 2017.

Fulano de Tal
Sócio-Administrador

Beltrano de Tal
Sócio-Administrador

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Nome Sobrenome

Contador - CRC-MG nº RJ 000000

CPF: 000.000.000-00

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Fonte: Uma nota de aula dada pelo professor Paulo Roberto Gonçalves Périssé, na data 23/10/2017.

ANEXO E– DRA

EMPRESA ALFA LTDA CNPJ (MF) 00.000.000/0000-00 NIRE 31200000000		
Demonstrações do Resultado Abrangente dos Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015
RESULTADO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO		
Despesas do Resultado Abrangente (Contabilizadas diretamente no PL)		
Receitas do Resultado Abrangente (Contabilizadas diretamente no PL)		
RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO	-	-
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis		

João Monlevade, 20 de Fevereiro de 2017.

Fulano de Tal
Sócio-Administrador

Beltrano de Tal
Sócio-Administrador

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Nome Sobrenome
Contador - CRC-MG nº 000000
CPF: 000.000.000-00

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Fonte: Uma nota de aula dada pelo professor Paulo Roberto Gonçalves Périssé, na data 23/10/2017.

ANEXO F-- NOTAS EXPLICATIVAS

EMPRESA ALFA LTDA
CNPJ (MF) 00.000.000/0000-00

NIRE 31200000000

Notas Explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

1 Contexto operacional

A Empresa Alfa Ltda, tem por objeto social, exclusivamente, a _____.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A empresa adota nas demonstrações contábeis ora apresentadas, o disposto na Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, cumprindo seus ordenamentos, naquilo que lhe é aplicável.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa de curto prazo e risco insignificante.

(b) As contas a receber de clientes

As contas a receber não possuem caráter de financiamento e são avaliadas pelo valor presente, o qual é representado pelo valor da contraprestação pelas locações de veículos.

(c) Imobilizado

Os bens classificados no imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas através da IN SRF nº 162/1998, levando-se em conta o prazo durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem pela empresa, conforme preceitua o artigo 310 do Decreto nº 3.000/1999 (RIR/99), podendo estas taxas ser aceleradas, nos casos dos bens móveis, em função do número de horas diárias de operação a que os bens são submetidos, conforme preceitua o artigo

312 do RIR/99, sendo, em caso de aceleração, adotado sobre as taxas normalmente utilizáveis os seguintes coeficientes:

- a. 1,0 – para 1 (um) turno de 8 (oito) horas de operação
- b. 1,5 – para 2 (dois) turnos de 8 (oito) horas de operação
- c. 2,0 – para 3 (três) turnos de 8 (oito) horas de operação

Em observância as normas contábeis e atendendo ao CPC 01, a vida útil estimada dos bens relevantes foi revisada e a empresa constatou que não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado, bem como não houve eventos durante o período que pudessem afetar a vida útil.

Foi realizado o Teste de Recuperabilidade do Ativo Permanente Imobilizado, conhecido como *“Impairment Test”*. O objetivo do teste foi apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização dos ativos. Esta realização foi verificada de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou de utilização nas atividades.

Reparos e manutenções necessários para manter os bens do ativo imobilizado em condições de eficiente operação são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos, no entanto, se em decorrência dos reparos ou manutenções ou da substituição de partes ou peças, houver aumento de vida útil do bem por prazo superior a 1 (um) ano, as despesas correspondente são acrescidas ao custo de aquisição do bem, registrado no ativo imobilizado, para que possam servir de base a depreciações futuras, sendo, neste caso, apropriado como custo ou despesa operacional o valor não depreciado das partes e peças que forem substituídas por terem se tornado imprestáveis ou caído em desuso.

(d) Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos contraídos e os empréstimos tomados quando existirem são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo na contratação ou recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*)

(e) Férias e 13º salário

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço), o 13º salário e respectivos encargos são provisionados segundo o regime de competência.

(f) Reconhecimento de receita

A receita pelas locações de veículos é reconhecida tendo como base a locação efetivamente realizada, independentemente da emissão de nota fiscal fatura de serviços ou do efetivo recebimento financeiro pelas locações realizadas, adotando a empresa o regime de competência, utilizando o critério das Medições a Faturar como preceitua o CPC 30.

(g) Ingresso para Aumento de Capital Social

Os adiantamentos efetuados pelos sócios para futuro aumentam de capital social, foram realizados em caráter irretratável, podendo ter como destinação exclusivamente o aumento de capital social.

(h) Ajuste a Valor Presente

Os elementos dos Ativos e Passivos são apurados com a utilização de informações com base no valor presente que concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade; permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados; e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

2.3 Normas adotadas

As normas a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais.

As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações contábeis da Empresa de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas as demonstrações contábeis do exercício de 2016, deverão ser apresentadas em comparação com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são elas:

- CPC S/Nº - Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis;
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa;
- CPC 04 (R1) – Ativo intangível;
- CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil;
- CPC 12 – Ajuste a valor presente;
- CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09;
- CPC 14 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros;
- CPC 16 (R1) - Estoques
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro;
- CPC 24 – Evento subsequente;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis;
- CPC 27 – Ativo imobilizado;
- CPC 28 – propriedade para investimento;
- CPC 30 – Receitas;
- CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada;
- CPC 32 – Tributos sobre o lucro;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados;
- CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; e

- CPC 46 – Mensuração do valor Justo.

3 ATIVO CIRCULANTE

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa geral		
Bancos conta movimento		
Aplicações Financeiras		
Fundo Fixo		

3.2 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Duplicatas a receber – clientes no país		
Vendas de imobilizado a receber – clientes no país		

3.3 Créditos diversos

	2016	2015
Multas de trânsito – a receber de clientes		
Créditos Diversos		
Devolução de Mercadorias		

3.4 Despesas de exercícios seguintes

	2016	2015
Vale transporte de empregados		
Seguros de veículos		
Seguro garantia		

4 ATIVO NÃO CIRCULANTE

4.1 Imobilizado

	2016	2015
Sistemas Computacionais		
Veículos		
Móveis e utensílios		
Equipamentos		
Ferramentas		
Computadores e periféricos		
(-) Depreciação acumulada (método linear)		

5 PASSIVO CIRCULANTE

5.1 Obrigações tributárias

	2016	2015
IR do pessoal a recolher		
IR de terceiros a recolher		
PIS a recolher		
COFINS a recolher		
IR sobre juros remuneratórios do capital próprio		
Cofins retido de Terceiros		
Pis retido de Terceiros		
CSLL retido Terceiros		
ISSQN de terceiros a recolher		
Provisão para o IRPJ		
Provisão para a CSLL		

5.2 Outras Obrigações

	2016	2015
Adiantamento de Clientes		
Pró-labore a pagar		
Seguro de Veículos a pagar		
Aluguéis a pagar		
Água, Luz e Telefone a pagar		

6 PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

6.1 Ingressos para Aumento de Capital

	2016	2015
Fulano de Tal		
Beltrano de Tal		

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital social

O Capital Social em 31 de dezembro de cada ano é composto por quotas cujo valor nominal é de R\$ 1,00 (um real) cada, como segue:

31 de dezembro de 2015

Quotistas	Nº de Quotas	Valor – R\$	%
Fulano de Tal			50
Beltrano de Tal			50
TOTAL			100

31 de dezembro de 2016

Quotistas	Nº de Quotas	Valor – R\$	%
Fulano de Tal			50
Beltrano de Tal			50
TOTAL			100

7.2 Lucros acumulados

A empresa, por unanimidade dos sócios, decidiu, nos termos da Resolução CFC nº 1.157/09, pela manutenção da tradicional conta de “Lucros Acumulados”, a qual não se sujeita a limites, ao contrário do que ocorre nas sociedades por ações, quando registram a sua “reserva de retenção de lucros”, que devem respeitar como limite o valor do capital social.

A futura destinação dos lucros acumulados será definida em reuniões dos sócios, devidamente convocada para este fim, a ser realizada em data que julgarem oportuno.

A empresa apresenta os seguintes saldos de lucros acumulados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucros acumulados		

João Monlevade, 20 de fevereiro de 2017.

DIRETORIA

Fulano de Tal
Sócio-Administrador

Beltrano de Tal
Sócio-Administrador

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Sobrenome
Contador
CRC-MG nº RJ 000000
CPF nº 000.000.000-00

Fonte: Uma nota de aula dada pelo professor Paulo Roberto Gonçalves Périssé, na data 23/10/2017.